

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Para o exercício findo em

31 de dezembro de 2025

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024			31/12/2025	31/12/2024		
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixas e equivalentes de caixa	5	378	789	5.307	4.917	Fornecedores	12	-	11	1.738	1.590
Aplicações financeiras	6	-	-	40.486	36.926	Debêntures	13	-	-	27.705	19.042
Contas a receber de clientes	7	-	-	7.266	6.922	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	153	149
Impostos a recuperar		511	471	511	471	Impostos, contribuições e taxas a recolher		2	3	1.178	662
Despesas antecipadas		-	-	756	727	Dividendos a pagar	16	-	-	1.095	904
Outros ativos circulantes		-	1	598	244	Provisão de férias e 13º salário a pagar		-	-	217	174
Total dos ativos circulantes		889	1.261	54.924	50.207	Provisões para compromissos futuros	14	-	-	1.044	843
						Encargos setoriais		-	-	812	573
						Outros passivos		-	-	18	-
						Total dos passivos circulantes		2	14	33.960	23.937
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Depósito em garantia	8	-	-	14.769	13.848	Fornecedores	12	-	-	-	50
Depósito judicial		-	-	28	18	Debêntures	13	-	-	205.518	217.537
Investimentos	9	11.314	6.962	-	-	Obrigações vinculadas a concessão		-	-	291	380
Imobilizado	10	-	-	185.320	187.496	Total dos passivos não circulantes		-	-	205.809	217.967
Intangível	11	-	-	1.416	1.681						
Devedores por venda Investimento		2.147	3.541	2.147	3.541						
Total dos ativos não circulantes		13.461	10.503	203.680	206.584						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
							16				
						Capital social		5.992	7.992	5.992	7.992
						Reserva de lucros		1.198	725	1.198	725
						Dividendos adicionais propostos		7.158	3.033	7.158	3.033
						Patrimônio líquido dos acionistas controladores		14.348	11.750	14.348	11.750
						Participação dos acionistas não controladores		-	-	4.487	3.137
						Total do patrimônio líquido		14.348	11.750	18.835	14.887
TOTAL DOS ATIVOS		14.350	11.764	258.604	256.791	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		14.350	11.764	258.604	256.791

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação e a quantidade de ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	17	-	-	60.557	54.364
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	10 e 11	-	-	(5.557)	(6.469)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)		-	-	(5.339)	(4.745)
Custos com manutenção		-	-	(1.231)	(1.404)
Custos com pessoal		-	-	(1.250)	(1.222)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD)		-	-	(1.190)	(1.136)
Custos com seguros		-	-	(960)	(908)
Custos com Energia Comprada Para Revenda		-	-	(302)	(612)
Custos com operação		-	-	(242)	(298)
Custos com meio ambiente		-	-	(42)	(130)
Outros custos		-	-	(32)	(21)
Taxas setoriais		-	-	(21)	(20)
	18	-	-	(16.166)	(16.965)
LUCRO BRUTO		-	-	44.391	37.399
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas com pessoal e administradores		-	-	(1.981)	(1.844)
Despesas com depreciação e amortização	10 e 11	-	-	(301)	(301)
Despesas administrativas e gerais		(4)	(37)	(1.033)	(865)
Tributárias		(13)	(27)	(21)	(34)
Outras receitas operacionais		-	-	-	552
Outras despesas operacionais		-	-	-	(2)
Total	18	(17)	(64)	(3.336)	(2.494)
Equivalência patrimonial	9	13.199	7.043	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		13.182	6.979	41.055	34.905
RESULTADO FINANCEIRO:	19				
Receitas financeiras		192	541	7.061	5.584
Despesas financeiras		(3)	(4)	(23.591)	(25.097)
Total		189	537	(16.530)	(19.513)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.371	7.516	24.525	15.392
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	20	(29)	(89)	(4.344)	(3.569)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		13.342	7.427	20.181	11.823
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS CONTROLADORES				13.342	7.427
LUCRO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES				6.839	4.396
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO - R\$	21	0,2420	0,1347		
Quantidade média ponderada de ações	21	55.132.698	55.132.698		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	13.342	7.427	20.181	11.823
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>13.342</u>	<u>7.427</u>	<u>20.181</u>	<u>11.823</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Reserva de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucro/Prejuízo acumulado	Patrimônio líquido da Controladora	Participação de acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
		Capital	Reserva Legal					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		15.992	354	5.045	-	21.391	3.455	24.846
Redução de capital	16	(8.000)	-	-	-	(8.000)	-	(8.000)
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2023		-	-	(5.045)	-	(5.045)	(1.747)	(6.792)
Lucro líquido do período	16	-	-	-	7.427	7.427	4.396	11.823
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas		-	-	-	-	-	(1.816)	(1.816)
Destinações:	16							
Reserva legal		-	371	-	(371)	-	-	-
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório		-	-	-	(1.764)	(1.764)	(649)	(2.413)
Dividendos declarados adicional		-	-	-	(2.259)	(2.259)	(502)	(2.761)
Dividendos adicionais propostos		-	-	3.033	(3.033)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		7.992	725	3.033	-	11.750	3.137	14.887
Redução de capital	16	(2.000)	-	-	-	(2.000)	-	(2.000)
Dividendos adicionais distribuídos referente a 2024		-	-	(3.033)	-	(3.033)	(1.443)	(4.476)
Lucro líquido do período	16	-	-	-	13.342	13.342	6.839	20.181
Dividendos declarados imputado aos preferencialistas		-	-	-	-	-	(2.179)	(2.179)
Destinações:	16							
Reserva legal		-	473	-	(473)	-	-	-
Dividendos declarado imputado ao mínimo obrigatório		-	-	-	(3.217)	(3.217)	(1.215)	(4.432)
Dividendos declarados adicional		-	-	-	(2.494)	(2.494)	(652)	(3.146)
Dividendos adicionais propostos		-	-	7.158	(7.158)	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025		5.992	1.198	7.158	-	14.348	4.487	18.835

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		13.371	7.516	24.525	15.392
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado com baixa de ativo imobilizado		-	-	-	487
Rendimentos de aplicações financeiras		-	-	(6.088)	(4.765)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	14	-	-	103	290
Atualização financeira sobre depósitos judiciais		-	-	3	(3)
Atualização financeira sobre P&D		-	-	29	(42)
Depreciação e amortização	10, 11 e 18	-	-	5.858	6.770
Encargos financeiros sobre debêntures	13 e 19	-	-	22.558	23.910
Apropriação do custo de transação de debêntures	13 e 19	-	-	641	641
Resultado de equivalência patrimonial	9	(13.199)	(7.043)	-	-
Variações nos ativos e passivos:					
Contas a receber de clientes		-	-	(344)	910
Impostos a Recuperar		(48)	(151)	(860)	(1.144)
Despesas antecipadas		-	-	(29)	(42)
Depósitos judiciais		-	-	(32)	3
Outros ativos		-	-	(354)	688
Fornecedores		(11)	11	119	25
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	-	4	6
Impostos a recolher		8	(9)	18	124
Provisão de férias e 13º salário		-	-	43	19
Pagamento compromissos futuros	14	-	-	(673)	(675)
Outras contas a pagar		-	-	229	(336)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		121	324	45.750	42.258
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Juros pagos sobre debêntures	13	-	-	(12.468)	(12.422)
Imposto de renda e contribuição social pagos no exercício		(29)	(80)	(3.026)	(2.898)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		92	244	30.256	26.938
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado		-	-	(2.737)	(1.498)
Recebimento contrato de acionistas		1.394	2.712	1.394	2.712
Dividendos recebidos	9	8.847	7.749	-	-
Caixa gerado pelas atividades de investimento		10.241	10.461	(1.343)	1.214
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Aplicações financeiras		-	-	1.607	(207)
Redução de Capital	16	(2.000)	(8.000)	(2.000)	(8.000)
Dividendos pagos	16	(8.744)	(10.750)	(14.043)	(15.445)
Pagamento de principal de debêntures	13	-	-	(14.087)	(12.226)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(10.744)	(18.750)	(28.523)	(35.878)
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(411)	(8.045)	390	(7.726)
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA					
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	789	8.834	4.917	12.643
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		378	789	5.307	4.917
REDUÇÃO (AUMENTO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(411)	(8.045)	390	(7.726)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TIBAGI PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Da Companhia

A Tibagi Participações e Investimentos S.A. (“Tibagi Participações”, “Companhia” ou “Controladora”), constituída em 23 de março de 2017, tem por objeto a participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração e comercialização de energia hidrelétrica, o desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, e a geração, a comercialização e a distribuição de energia elétrica.

O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado.

Dados da Controlada

A Tibagi Participações é detentora de 27.974.863 (27.974.863 em 2023) ações ordinárias de emissão da Tibagi Energia SPE S.A. (“Tibagi Energia”), equivalente a 68,94% de participação direta no capital da investida.

<u>Investida</u>	<u>Participação no Capital Social %</u>	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Tibagi Energia SPE S.A.	68,94%	68,94%

A Tibagi Energia é titular da autorização para exploração do potencial hidrelétrico da (“UHE Tibagi Montante”), com potência instalada de 36MW, pelo prazo de 35 anos, com vencimento em 21 de outubro 2050, nos termos da Portaria MME nº 486, de 20 de outubro de 2015.

Em operação comercial desde o ano de 2019, a Tibagi Energia participou dos Leilões A-5/2015 e A-6/2019, comercializando, respectivamente 19 e 1,20MW médios no Ambiente de Contratação Regulado (“ACR”). Optante por integrar o Mecanismo de Realocação de Energia (“MRE”), a Tibagi Energia repactuou o risco hidrológico na modalidade SP100 para a integralidade do montante comercializado no ACR.

2. IMPACTOS DE NOVAS LEGISLAÇÕES E NORMAS

Normas e interpretações novas e revisadas, aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025

As normas brasileiras de relatório financeiro novas e revisadas a seguir, em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025, foram adotadas nas demonstrações financeiras. A adoção dessas novas e revisadas normas, aplicáveis a Companhia, não teve qualquer impacto nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras:

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>
CPC 02: Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Conversibilidade	As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível, e como determinar a taxa de câmbio quando não for. As alterações afirmam que uma moeda é conversível por outra moeda quando a entidade consegue obter a outra moeda dentro de um período que permite um atraso administrativo normal e através de um mecanismo de mercado ou cambial no qual uma transação de câmbio criaria direitos e obrigações exequíveis. A entidade avalia se a moeda é conversível por outra moeda na data de mensuração e para um fim específico. Se a entidade conseguir obter apenas um valor

insignificante da outra moeda na data de mensuração para o fim específico, a moeda não é conversível por outra moeda.

A avaliação sobre se a moeda é conversível por outra moeda depende da capacidade da entidade de obter a outra moeda e não de sua intenção ou decisão de fazer isso.

OCPC 10: Créditos de Carbono (TCO2E), Permissões de emissão (Allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)

Esta orientação técnica, visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro, assim como reconhecimento dos efeitos de compromissos assumidos de descarbonização.

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as novas normas e revisadas a seguir, as quais já estão emitidas e ainda não aplicáveis.

<u>Pronunciamento</u>	<u>Descrição</u>
Alterações ao CPC 26 (R1) Alterações ao CPC 45	Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

3.2 Bases de elaboração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade, estando classificados como circulantes quando esperado que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.1 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua

continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, segue adotando a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo quando forem parte das disposições contratuais dos instrumentos.

4.2.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, em uma das categorias a seguir, de acordo com sua natureza e finalidade: (i) a valor justo por meio do resultado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; e (iii) custo amortizado. A Companhia considerou dois fatores para definir a classificação dos ativos financeiros: o modelo de negócio no qual o ativo financeiro é gerenciado e suas características de fluxos de caixa contratuais.

No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada mensuram um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e sua controlada se comprometem a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia e sua controlada tenham transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia e sua controlada deixam de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, bem como não retêm o controle sobre o ativo financeiro.

4.2.2 Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: (i) custo amortizado; ou (ii) mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data do balanço, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. A baixa de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações são liquidadas, extintas e canceladas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

Os passivos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e designados como tais no reconhecimento inicial. Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

4.2.2.1 Debêntures

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas (custo amortizado), líquido dos custos de transação.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

4.2.3 Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros somente são compensados quando a Companhia possui o direito contratual e a intenção de liquidar os instrumentos financeiros em base líquida ou simultaneamente.

4.3 Imobilizado

Registrado ao custo histórico de aquisição, formação ou construção (inclusive juros e demais encargos financeiros líquidos), deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

4.4 Depreciação

A depreciação, exceto de móveis e utensílios, computadores e periféricos e terrenos, é calculada a partir do início da operação da UHE Tibagi Montante, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam da vida útil destes ativos.

Para os móveis e utensílios, computadores e periféricos, a taxa de depreciação linear é definida com base na avaliação da vida útil de cada ativo, estimada com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.

Para os terrenos, a taxa de depreciação linear é definida a partir do início da operação da Tibagi Energia, de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produção independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos (vide nota explicativa nº 1), podendo ser prorrogada ao final desta vigência pelo prazo de trinta anos adicionais, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Caso contrário, nos termos do art. 10 da Resolução Normativa ANEEL nº 921/2021, ao final do prazo da autorização, os bens e instalações passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

A Companhia, mediante seus órgãos técnicos, avaliou a metodologia de cálculo das taxas de depreciação utilizadas pela Tibagi Energia, com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico -

MCPSE, e concluiu que a vida útil dos ativos da Tibagi Energia está em linha com as taxas de depreciação previstas no MCPSE e, por isso, é razoável utilizá-las.

Portanto, no caso do empreendimento da Tibagi Energia, não há, até o momento, qualquer indício que recomende a modificação das suas práticas contábeis utilizada para depreciação dos ativos, tendo em vista que a UHE Tibagi Montante possui vida útil superior ao prazo da outorga vigente, que, por sua vez, será prorrogada por período de 30 anos, mediante procedimentos e critérios definidos na legislação, e já devidamente regulamentados.

O quadro abaixo demonstra a vida útil dos itens, conforme enquadramento dos ativos das Empresas à Resolução Normativa ANEEL Nº 674/2015, que aprovou o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico – MCPSE.

Vida útil

Terrenos	61 anos
Edificações, obras civis e benfeitorias	30 a 50 anos
Máquinas, equipamentos e instalações	6 a 40 anos
Reservatórios barragens e adutoras	50 anos

4.5 Intangível

Estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicáveis. Os ativos intangíveis que possuem vida útil econômica definida, conforme demonstrados na nota explicativa nº 11, são amortizados levando-se em consideração sua vida útil, que reflete o benefício econômico dos referidos ativos intangíveis.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do seu uso ou alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

4.6 Valor recuperável de ativos

Anualmente, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de

caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.7 Provisões para compromissos futuros e outras

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável (vide nota explicativa nº 14).

4.8 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

4.9 Receita operacional

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, sendo reconhecida pelo regime de competência.

Para as contraprestações variáveis, uma receita somente é reconhecida na medida em que for considerado altamente provável que uma reversão significativa no valor das receitas acumuladas não deva ocorrer.

4.10 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre debêntures. Custos são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes da Companhia, são registrados pelo regime de competência e calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para a Tibagi Energia o imposto de renda e contribuição social foram calculados com base no lucro presumido. Com base nesse critério, o resultado para fins de imposto de renda e contribuição social foi calculado aplicando-se sobre a receita as alíquotas definidas para sua atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (25% para imposto de renda e 9% para contribuição social).

4.12 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos preferenciais, destinados aos acionistas preferenciais da Tibagi Energia, e de dividendos mínimos obrigatórios, destinados aos acionistas detentores de ações ordinárias, é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao término do exercício social, conforme

disposto no estatuto social da Companhia. Os valores que excederem o mínimo obrigatório são provisionados somente na data de sua aprovação, de acordo com o estatuto social, permanecendo alocados em reserva específica no patrimônio líquido até que sua distribuição seja efetivamente aprovada.

4.13 Investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia. O controle é obtido quando a Companhia:

Tem poder sobre a investida.

Está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

Tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A Companhia reavalia se detém ou não o controle de uma investida se os fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações enquadradas em um ou mais de um dos três elementos de controle relacionados acima.

A consolidação de uma controlada começa quando a Companhia obtém o controle sobre a investida e termina quando a Companhia perde o controle sobre a investida. Especificamente, as receitas e despesas de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídas na demonstração do resultado e outros resultados abrangentes a partir da data em que a Companhia obtém o controle até a data em que a Companhia deixa de controlar a investida.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da Companhia. O resultado abrangente total das controladas é atribuído aos proprietários da Companhia e às participações não controladoras, mesmo se isso gerar saldo negativo para as participações não controladoras.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas controladas pela Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas diretas e indiretas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

4.14 Lucro por ação

O lucro básico por ação foi calculado com base no número médio ponderado de ações ordinárias em circulação da Companhia em cada um dos exercícios apresentados. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o lucro básico por ação, motivo pelo qual o lucro básico por ação é igual ao lucro por ação diluído.

4.15 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa os investimentos em aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido e sujeito a risco insignificante de mudança de valor justo.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos	1	-	209	41
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	377	789	5.098	4.876
	<u>378</u>	<u>789</u>	<u>5.307</u>	<u>4.917</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário - CDB junto ao Banco Itaú Unibanco e Banco Santander (Brasil) S.A. ("Santander") possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado entre 97,5% e 100,0 % (97,0% a 101,50 % em 31 de dezembro de 2024) do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

O valor total registrado sob a rubrica de "Aplicações Financeiras", no montante de R\$ 641 (R\$ 794 em 31 dezembro de 2024), é proveniente da Conta O&M – Livre Movimento, conta corrente de livre movimento de titularidade da Tibagi Energia mantida junto ao Santander e atrelada à primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição realizada pela Tibagi Energia ("Emissão de Debêntures" e "Debêntures", respectivamente), na qual deverão ser mantidos depositados, ao final de cada trimestre civil, recursos equivalentes a, no mínimo, 3 (três) vezes o gasto médio mensal efetivamente desembolsado nos últimos 3 (três) exercícios sociais mais recentes, atualizados monetariamente pela variação acumulada do IPCA, para fazer frente às atividades de operação e manutenção da UHE Tibagi Montante.

Sendo assim, tendo como base o disposto no contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo), a Tibagi Energia poderá dispor livremente dos valores disponíveis na Conta O&M – Livre Movimento, desde que a conta esteja devidamente preenchida nas datas trimestrais de sua verificação pelo Agente Fiduciário.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Aplicações financeiras vinculadas (a)	15.422	14.563
Fundos de investimentos (b)	25.064	22.363
Total	<u>40.486</u>	<u>36.926</u>

a) As aplicações financeiras vinculadas são aquelas relativas às contas vinculadas à Emissão de Debêntures, conforme apresentado no detalhamento abaixo. Para movimentar tais aplicações, a Tibagi Energia precisa da autorização do Agente Fiduciário. Esses investimentos consistem em aplicações em CDB, remunerados à taxa de mercado entre 99,0% e 100,0% do CDI (95,0% e 99,0% em 31 de dezembro de 2024).

	31/12/2025	31/12/2024
Conta Centralizadora (i)	1.549	1.302
Conta Provisão (ii)	13.873	13.261
Total	<u>15.422</u>	<u>14.563</u>

(i) Conta Centralizadora: Conta transitória, para a qual são direcionados todos os recebíveis da Tibagi Energia cedidos fiduciariamente em garantia das Debêntures, conforme previsto nos contratos relacionados à Emissão de Debêntures.

(ii) Conta Provisão: É composta pelos recursos provisionados para pagamento da próxima parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado, dos juros remuneratórios e outros valores e encargos relacionados às Debêntures, conforme disposto na Escritura de Emissão das Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios. Para tanto, o Agente Fiduciário orienta o Banco Administrador a transferir, mensalmente, dos recursos depositados na Conta Centralizadora, o valor correspondente a, no máximo, 1/6 (um sexto) do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida, que representa o somatório dos juros remuneratórios e da parcela da amortização do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures projetados para a próxima data

de amortização das Debêntures (“Saldo Mínimo do Serviço da Dívida”).

b) Os Fundos de investimentos referem-se a aplicações financeiras em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Itaú e Banco Santander (Brasil) S.A. (“Santander”) e são remuneradas a taxas de mercado a 86,0% a 101,04% do CDI (95,8% a 112,0% em 31 de dezembro de 2024). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

7. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Cientes Energia Elétrica Faturada	1.856	1.848
Cientes Energia Elétrica a Faturar	<u>5.410</u>	<u>5.074</u>
Total	<u><u>7.266</u></u>	<u><u>6.922</u></u>
<u>Contas a receber por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
A vencer	7.103	6.649
Vencidos:		
Até 30 dias (a)	<u>163</u>	<u>273</u>
Total	<u><u>7.266</u></u>	<u><u>6.922</u></u>

a) A Tibagi Energia, controlada da Companhia, não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa, com base (i) nas características dos CCEARs, regulados e fiscalizados pela ANEEL e procedimentos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), bem como (ii) na sistemática das vendas de energia no Ambiente Livre, que estabelece o recebimento anterior ao registro da energia em favor do comprador, e (iii) na sua experiência histórica de realização de 100% das contas a receber.

8. DEPÓSITO EM GARANTIA (CONSOLIDADO)

A Conta Reserva é composta pelo somatório do Saldo Mínimo do Serviço da Dívida e do Depósito Complementar ICSD (caso necessário, a Tibagi Energia poderá depositar na Conta Reserva o montante complementar necessário para atingir o ICSD de 1,20x, que será retido na conta, seguindo as diretrizes dispostas na escritura da Emissão de Debêntures e no Contrato de Cessão de Direitos Creditórios) (“Saldo Mínimo da Conta Reserva”).

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Conta Reserva	<u>14.769</u>	<u>13.848</u>
	<u><u>14.769</u></u>	<u><u>13.848</u></u>

O saldo da Conta Reserva é aplicado em fundos abertos de renda fixa junto ao Banco Santander e são remuneradas a taxas de mercado a 99,0% a 100,0% do CDI (95,0% a 99,0% em 31 de dezembro de 2024). Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADA

Movimentação dos saldos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
No início do período	6.962	7.668
Dividendos adicionais propostos	(8.847)	(7.749)
Equivalência patrimonial	13.199	7.043
No fim do período	11.314	6.962

(a) Informações da controlada

Os principais saldos patrimoniais da controlada em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são apresentados como segue:

	31/12/2025				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Tibagi Energia SPE S.A.	54.036	201.533	33.959	205.809	15.801
Total	54.036	201.533	33.959	205.809	15.801

	31/12/2024				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Tibagi Energia SPE S.A.	48.946	203.043	23.924	217.917	10.098
Total	48.946	203.043	23.924	217.917	10.098

Os principais saldos de resultado da controlada em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 são apresentados como segue:

	31/12/2025				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Tibagi Energia SPE S.A.	60.557	44.391	41.072	24.353	20.038
Total	60.557	44.391	41.072	24.353	20.038

	31/12/2024				
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Tibagi Energia SPE S.A.	54.364	37.399	34.969	14.919	11.439
Total	54.364	37.399	34.969	14.919	11.439

(a) Dividendos a receber

Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Dividendos adicionais aprovados	7.749
Dividendos recebidos	(7.749)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-
Dividendos adicionais aprovados	8.847
Dividendos recebidos	(8.847)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

(a) Composição do imobilizado

Composição do imobilizado	Taxa média de depreciação % a.a.	Custo Histórico	Depreciação acumulada	31/12/2025	31/12/2024
Terrenos	1,64%	12.439	(1.249)	11.190	11.392
Turbina Hidráulica	2,50%	34.753	(5.003)	29.750	30.537
Geradores	3,33%	12.008	(2.413)	9.595	9.995
Comporta	3,33%	6.751	(1.406)	5.345	5.570
Estrutura de tensão	3,51%	540	(120)	420	439

Composição do imobilizado	Taxa média de	Custo	Depreciação	31/12/2025	31/12/2024
	depreciação % a.a.	Histórico	acumulada		
Casa de força produção hidráulica	3,33%	23.465	(2.882)	20.583	21.040
Reservatório, barragem, adutora	2%	95.054	(11.652)	83.402	84.375
Outras máquinas e equipamentos	3,75%	18.140	(4.233)	13.907	14.566
Sistema Monitoramento Usina	3,33%	1.070	(30)	1.040	-
Imobilizado em curso	-	2.546	-	2.546	1.966
Provisão para gastos socioambientais	-	386	-	386	159
Custos de empréstimos capitalizados	3,33%	9.042	(1.886)	7.156	7.457
		<u>216.194</u>	<u>(30.874)</u>	<u>185.320</u>	<u>187.496</u>

(b) Movimentação do imobilizado

Custo:	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Terrenos (*)	12.437	-	2	12.439
Turbina hidráulica	34.673	-	80	34.753
Gerador	12.008	-	-	12.008
Comporta	6.751	-	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.453	-	12	23.465
Reservatório, barragem, adutora	94.126	-	928	95.054
Outras máquinas e equipamentos	18.101	-	39	18.140
Sistema Monitoramento Usina	-	-	1.070	1.070
Imobilizado em curso	1.966	2.735	(2.155)	2.546
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	159	227	-	386
	<u>213.256</u>	<u>2.962</u>	<u>(24)</u>	<u>216.194</u>
(-) Depreciação:				
Terrenos	(1.045)	(204)	-	(1.249)
Turbina hidráulica	(4.136)	(867)	-	(5.003)
Gerador	(2.013)	(400)	-	(2.413)
Comporta	(1.181)	(225)	-	(1.406)
Estrutura de tensão	(101)	(19)	-	(120)
Casa de força produção hidráulica	(2.413)	(469)	-	(2.882)
Reservatório, barragem, adutora	(9.751)	(1.901)	-	(11.652)
Outras máquinas e equipamentos	(3.535)	(698)	-	(4.233)
Sistema Monitoramento Usina	-	(30)	-	(30)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.585)	(301)	-	(1.886)
	<u>(25.760)</u>	<u>(5.114)</u>	<u>-</u>	<u>(30.874)</u>
Imobilizado Líquido	<u>187.496</u>	<u>(2.152)</u>	<u>(24)</u>	<u>185.320</u>

(*) Terrenos da Tibagi Energia, são depreciados de acordo com o período de autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

Custo:	31/12/2023	Adições	Baixas	Transferências	31/12/2024
Terrenos	12.437	-	-	-	12.437
Turbina hidráulica	34.506	-	-	167	34.673
Gerador	11.993	-	-	15	12.008
Comporta	6.751	-	-	-	6.751
Estrutura de tensão	540	-	-	-	540
Casa de força produção hidráulica	23.453	-	-	-	23.453
Reservatório, barragem, adutora	94.613	65	-	(552)	94.126
Outras máquinas e equipamentos	18.056	-	(3)	48	18.101
Imobilizado em curso	1.335	1.343	(485)	(227)	1.966
Custos de empréstimos capitalizados	9.042	-	-	-	9.042
Provisão para gastos socioambientais	76	-	(466)	549	159
	<u>212.802</u>	<u>1.408</u>	<u>(954)</u>	<u>-</u>	<u>213.256</u>

(-) Depreciação:

Terrenos	(841)	(204)	-	-	(1.045)
----------	-------	-------	---	---	---------

Turbina hidráulica	(3.271)	(865)	-	-	(4.136)
Gerador	(1.614)	(399)	-	-	(2.013)
Comporta	(956)	(225)	-	-	(1.181)
Estrutura de tensão	(82)	(19)	-	-	(101)
Casa de força produção hidráulica	(1.943)	(470)	-	-	(2.413)
Reservatório, barragem, adutora	(7.857)	(1.894)	-	-	(9.751)
Outras máquinas e equipamentos	(2.836)	(700)	1	-	(3.535)
Custos de empréstimos capitalizados	(1.284)	(301)	-	-	(1.585)
	<u>(20.684)</u>	<u>(5.077)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(25.760)</u>
Imobilizado Líquido	<u>192.118</u>	<u>(3.669)</u>	<u>(953)</u>	<u>-</u>	<u>187.496</u>

11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

(a) Composição do intangível

	Taxa de Amortização	31/12/2025	31/12/2024
Servidões	1,64%	474	456
Software	20%	106	137
Algoritmo Deep Learning	20%	291	380
Medidas compensatórias	10 a 25%	545	708
		<u>1.416</u>	<u>1.681</u>

(b) Movimentação do intangível

	31/12/2024	Adições	Transferências	31/12/2025
Custo:				
Servidões	529	-	-	529
Software	183	-	24	207
Medidas compensatórias	5.327	544	-	5.871
Algoritmo Deep Learning	445	-	-	445
	<u>6.484</u>	<u>544</u>	<u>24</u>	<u>7.052</u>
(-) Amortização:				
Servidões (*)	(46)	(9)	-	(55)
Software	(73)	(28)	-	(101)
Medidas compensatórias	(4.619)	(707)	-	(5.326)
Algoritmo Deep Learning (**)	(65)	(89)	-	(154)
	<u>(4.803)</u>	<u>(833)</u>	<u>-</u>	<u>(5.636)</u>
Intangível líquido	<u>1.681</u>	<u>(289)</u>	<u>24</u>	<u>1.416</u>

	31/12/2023	Adições	31/12/2024
Custo:			
Servidões	529	-	529
Software	75	108	183
Algoritmo Deep Learning	-	445	445
Medidas compensatórias	4.619	708	5.327
	<u>5.223</u>	<u>1.260</u>	<u>6.484</u>
(-) Amortização:			
Software	(57)	(16)	(73)
Servidões (*)	(37)	(9)	(46)
Algoritmo Deep Learning (**)	-	(65)	(65)
Medidas compensatórias	(2.950)	(1.669)	(4.619)
	<u>(3.044)</u>	<u>(1.758)</u>	<u>(4.803)</u>
Intangível líquido	<u>2.179</u>	<u>(498)</u>	<u>1.681</u>

(*) Os ativos intangíveis de servidão são amortizados dentro do período da autorização, considerando a renovação por mais 30 anos.

(**) Conforme Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, a amortização calculada sobre o valor do intangível adquirido com recurso de Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”) terá seu efeito anulado no resultado do exercício, sendo sua contrapartida registrada na rubrica “Obrigações vinculadas a concessão.”

Valor recuperável dos ativos

Anualmente, a Tibagi Energia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. A Administração julgou não haver evidências, internas ou externas, que justificassem o registro de provisão para redução ao valor recuperável sobre o ativo imobilizado e ativo intangível.

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de materiais e equipamentos	-	11	1.738	1.590
Retenções contratuais (a)	-	-	-	50
Total	-	11	1.738	1640
Circulante	-	11	1.738	1590
Não circulante	-	-	-	50

(a) As retenções contratuais são valores retidos nas notas fiscais de prestação de serviços dos fornecedores contratados para executarem o serviço de implantação da UHE Tibagi Montante conforme contratos firmados entre as partes. Em 2025 os valores foram devolvidos aos fornecedores em função da conclusão dos serviços.

13. DEBÊNTURES (CONSOLIDADO)

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de agosto de 2019, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública com esforços restritos da Tibagi Energia, tendo sido emitidas 210.000 (duzentas e dez mil) debêntures, as quais foram negociadas ao valor nominal de R\$ 1 mil, cada.

As Debêntures serão pagas semestralmente, juros e principal, sempre nos meses de janeiro e julho de cada ano. Os primeiros pagamentos ocorreram em 15 de julho de 2020 e os últimos se darão em 15 de julho de 2035.

a) Composição das Debêntures

	Quantidade	Valor Nominal	Último vencimento	Encargos	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures	210.000	1,1403	15/07/2035	IPCA +	239.469	243.465
(-) Custo com transação com debêntures				5,3231% a.a.	(6.246)	(6.886)
Total					233.223	236.579
Circulante					27.705	19.042
Não circulante					205.518	217.537

b) Movimentação das Debêntures

Saldo em 31 de dezembro de 2023	236.676
Encargos financeiros sobre debêntures	23.910
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.422)
Pagamento de principal	(12.226)

Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>236.579</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024	236.579
Encargos financeiros sobre debêntures	22.558
Apropriação no custo de transação	641
Pagamento de juros	(12.468)
Pagamento de principal	<u>(14.087)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>233.223</u>

c) Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2027	16.043
2028	17.717
2029	18.774
2030	20.184
2031	22.886
2032-2035	<u>109.914</u>
Total	<u>205.518</u>

Garantias e cláusulas contratuais restritivas - “covenants”

As Debêntures emitidas pela Tibagi Energia têm como garantias: (i) a alienação fiduciária, pelos acionistas da totalidade das ações representativas do capital social da Tibagi Energia, de todas as novas ações que venham a ser emitidas pela Emissora e subscritas ou adquiridas no futuro, bem como quaisquer bens em que as ações oneradas sejam convertidas, dos direitos, frutos e rendimentos decorrentes das ações alienadas fiduciariamente; (ii) cessão fiduciária dos direitos creditórios de sua titularidade (“Cessão Fiduciária”); e (iii) fianças bancárias emitidas por instituições financeiras em favor dos debenturistas (“Garantias da Operação”).

Em 23 de dezembro de 2020 a Tibagi Energia obteve a exoneração da fiança bancária, considerando o cumprimento do evento de “Conclusão do Projeto”.

Além das garantias cedidas, a Tibagi Energia está sujeita a cláusulas restritivas (“Covenants”), que incluem, dentre outras, restrições quanto à alteração do tipo societário, mudança do controle acionário, concessão de preferência a outros créditos em detrimento das debêntures, celebração de contratos de adiantamento para futuro aumento de Capital e/ou de mútuo, alteração do objeto social, dissolução, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores, bem como a manutenção do índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”) de 1,20x ou superior, que deverá ser apurado anualmente, com período de referência de 12 meses coincidente com o ano civil. O não cumprimento dos *Covenants* e demais disposições contratuais pode ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

Em 31 de dezembro de 2025 a Tibagi Energia apurou ICSD de 1,77x (1,73x em 31 de dezembro de 2024), superior, portanto, ao índice previsto nas Debêntures de 1,20x. Sendo assim, o ICSD está em conformidade com as determinações previstas nos contratos relativos à Emissão de Debêntures.

14. PROVISÃO PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

Para a implantação e operação da UHE Tibagi Montante, a Tibagi Energia precisa cumprir alguns requerimentos previstos no processo de licenciamento ambiental. Em 31 de dezembro de 2025, a composição do saldo segue abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Medidas Compensatórias (a)	719	732
Programas Ambientais (b)	<u>325</u>	<u>111</u>
Total	<u>1.044</u>	<u>843</u>
Circulante	1.044	843
Total	1.044	843

(a) Medidas Compensatórias: Compreende gastos com atividades de (i) restauração, consubstanciada no plantio e manutenção das áreas plantadas, e/ou (ii) preservação ambiental desenvolvidas em propriedades do Grupo ou de terceiros, de modo que a primeira refere-se às ações de implantação do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial (“PACUERA”) em Áreas de Preservação Permanente (“APP”) e compensações ambientais, enquanto a última reflete as ações em unidades de conservação de terceiros ou da própria Tibagi Energia.

(b) Programas Ambientais: Contempla todos os gastos afetos ao cumprimento dos programas ambientais previstos no processo de licenciamento ambiental.

A movimentação do saldo da provisão nos anos de 2025 e 2024 é apresentada nos quadros a seguir:

	31/12/2024	Reversão	Liquidações	Atualização	31/12/2025
Medidas compensatórias	732	544	(646)	89	719
Programas ambientais	111	227	(27)	14	325
Total	843	771	(673)	103	1.044
Passivo circulante	843				1.044

	31/12/2023	Adição	Reversão	Liquidações	Atualização	31/12/2024
Medidas compensatórias	459	708	-	(570)	135	732
Programas ambientais	527	-	(466)	(105)	155	111
Total	986	708	(466)	(675)	290	843
Passivo circulante	986					843

15. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

Sua controlada Tibagi Energia possui riscos relativos a questões ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	31/12/2025	31/12/2024
Riscos ambientais (a)	112	5.000
Riscos trabalhistas (b)	1.020	1.032
Total	1.132	6.032

(a) Cuida-se de ação judicial que versa sobre matéria ambiental em que a Tibagi Energia figura como ré e autuada. Discute-se suposta supressão de vegetação de floresta secundária situada em área de Mata Atlântica, realizada sem a devida anuência do IBAMA.

(b) Ações trabalhistas se referem, exclusivamente, à discussão de potencial responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas a empregados de terceiros.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 5.992 (R\$ 7.992 em 31 de dezembro de 2024), representado por 55.132.698 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (55.132.698 em 31 de dezembro de 2024) totalmente subscritas pela acionista Hidropar – Hidroenergia Participações S.A.

Redução de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 21 de dezembro de 2023, os acionistas deliberaram pela redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 8.000, passando o mesmo de R\$ 15.992 para R\$ 7.992, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. Na oportunidade, restou ainda consignado que a eficácia da redução de capital estaria condicionada ao transcurso do prazo

de 60 dias após a publicação da respectiva ata da assembleia (“Prazo de Oposição”). O pagamento aos acionistas da restituição de parte do valor das suas ações ocorreu em 27 de fevereiro de 2024.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 22 de setembro de 2025, os acionistas deliberaram pela redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 2.000, passando o mesmo de R\$ 7.992 para R\$ 5.992, sem cancelamento de ações de emissão da Companhia, mantendo-se inalterada a proporção da participação de cada acionista no capital social. Na oportunidade, restou ainda consignado que a eficácia da redução de capital estaria condicionada ao transcurso do prazo de 60 dias após a publicação da respectiva ata da assembleia (“Prazo de Oposição”). O pagamento aos acionistas da restituição de parte do valor das suas ações ocorreu em 02 de dezembro de 2025.

(c) Reservas

Reserva legal

Constituída em conformidade com a Lei 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”) e com o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo ou para aumento do capital social. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o valor da reserva legal é de R\$ 1.198 (R\$ 725 em 31 de dezembro de 2024).

(d) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976.

Os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 foram calculados conforme segue:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	13.342	7.427
(-) Reserva legal 5%	(473)	(371)
(=) Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	<u>12.869</u>	<u>7.056</u>
Dividendos mínimos obrigatórios declarados	(3.217)	(1.764)
Dividendos declarados adicionais	(2.494)	(2.259)
Dividendos adicionais propostos	(7.158)	(3.033)

Dividendos a pagar

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.682	2.567
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2023 (*)	5.045	8.608
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2024 (**)	4.023	5.174
Dividendos pagos	(10.750)	(15.445)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	904
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	904
Dividendos adicionais aprovados do exercício de 2024 (*)	3.033	6.656
Dividendos intermediários distribuídos do 1º semestre de 2025 (**)	5.711	7.578
Dividendos pagos	(8.744)	(14.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	1.095

(*) Os dividendos adicionais foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas nos dias 24 de outubro de 2024 e 30 de abril de 2025.

(**) A proposição de dividendos intermediários foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária realizadas nos dias 17 de dezembro de 2024 e 17 de setembro de 2025.

17. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS (CONSOLIDADO)

	31/12/2025	31/12/2024
Receita bruta:		
Venda de energia elétrica	65.021	58.068
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS	(2.375)	(2.120)
Outras deduções	(2.089)	(1.584)
	(4.464)	(3.704)
Receita líquida	<u>60.557</u>	<u>54.364</u>

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

As informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Serviços de terceiros	(4)	(37)
Tributos	(13)	(27)
	(17)	(64)
	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação e amortização	(5.858)	(6.770)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico) (i)	(5.339)	(4.745)
Pessoal e administradores	(3.230)	(3.066)
Manutenção	(1.231)	(1.404)
Encargo de uso dos sistemas de distribuição (EUSD) (ii)	(1.190)	(1.136)
Seguros	(960)	(908)
Aquisição de energia	(302)	(612)
Serviços de terceiros	(622)	(639)
Operação	(242)	(298)
Meio Ambiente	(42)	(130)
Taxas setoriais	(21)	(20)
Tributos	(21)	(34)
Resultado na alienação de ativos		(2)
Outras receitas e (despesas), líquidas	(444)	305
Total	<u>(19.502)</u>	<u>(19.459)</u>
Custo das vendas de energia	(16.166)	(16.965)
Outras despesas	(3.336)	(2.494)

(i) Repactuação do Risco Hidrológico: prêmio pago mensalmente pela Tibagi Energia à CCEE, direcionado à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeira Tarifária (“CCRBT”), em virtude da repactuação do risco hidrológico pela Tibagi Energia, tendo como base o disposto no Termo de Repactuação do Risco Hidrológico – ACR firmado pela Tibagi Energia junto à ANEEL.

(ii) Encargo de Uso dos Sistemas de Distribuição (“EUSD”): encargo pago pela Tibagi Energia à distribuidora, na qualidade de geradora de energia, relativo ao uso do sistema de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Uso do Sistema De Distribuição (“CUSD”).

19. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros sobre debentures	-	-	(22.558)	(23.910)
Custos de transação de debêntures	-	-	(641)	(641)
Ajuste a valor presente sobre compromissos futuros	-	-	(103)	(290)
Taxas de administração e manutenção	-	-	(218)	(208)
Outras despesas financeiras	(3)	(4)	(71)	(48)
Total	(3)	(4)	(23.591)	(25.097)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	192	541	7.055	5.391
Atualização de depósito judicial	-	-	(3)	3
Outras receitas financeiras	-	-	9	190
Total	192	541	7.061	5.584
Total	189	537	(16.530)	(19.513)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	13.371	7.516	24.525	15.392
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(4.546)	(2.555)	(8.339)	(5.233)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	3.995	1.592
Efeito Fiscal da equivalência patrimonial de controladas	4.488	2.395	-	-
Outras diferenças permanentes, líquidas	87	249	-	72
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	(29)	(89)	(4.344)	(3.569)
Imposto de renda e contribuição social no período	(29)	(89)	(4.344)	(3.569)

21. RESULTADO POR AÇÃO

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo do lucro básico por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro do período	13.342	7.427
Ações disponíveis	55.132.698	55.132.698
Lucro por ação básico (em R\$)	0,2420	0,1347

22. INSTRUMENTO FINANCEIROS (CONSOLIDADO)

Gestão do Risco de mercado

O risco de mercado decorre da possibilidade de o Grupo sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Quanto aos ativos, o Grupo avalia que o risco de exposição de suas aplicações financeiras é baixo, uma vez que são realizadas em bancos de reconhecida liquidez, e remuneradas a taxas de mercado variando em 2025 de 97,5% a 100,0% do CDI e (em 2024 95,0% a 101,5% do CDI), conforme apresentado nas notas explicativas nº 5, 6 e nº 8.

Já quanto aos passivos, o Grupo está exposto às variações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), em razão da atualização monetária prevista nos contratos da 1ª Emissão de Debêntures de sua controlada Tibagi Energia.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez decorre de fatores que possam ocasionar a impossibilidade do Grupo de realizar pagamentos de dívidas, incluindo aqueles relativos às debêntures, no volume, preço, e momento desejados. O Grupo mitiga o risco de liquidez a qual está exposta realizando o monitoramento contínuo das previsões das exigências de liquidez de suas dívidas, bem como por meio da manutenção de saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

Tabelas do risco de liquidez

A seguir, são apresentados os passivos financeiros não derivativos do Grupo e o montante a ser pago nos períodos destacados. Cumpre ressaltar que os passivos financeiros foram calculados de acordo com os fluxos de caixa não descontados do Grupo, tendo como base a data mais próxima na qual o Grupo possui expectativa de liquidar suas obrigações, além de considerarem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros com encerramento em 31 de dezembro de 2025.

	Nota	Posição Contábil	Total Fluxo Futuro	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	De 1 a 8 anos
Fornecedores	12	1.738	1.738	677	-	1.061
Debêntures (*)	13	239.469	367.162	13.739	14.606	338.817
Total		<u>241.207</u>	<u>368.900</u>	<u>14.416</u>	<u>14.606</u>	<u>339.878</u>

(*) A posição contábil apresentada representa somente o saldo do principal registrado na data desconsiderando os custos de transação e o ajuste a valor justo de debêntures, conforme nota explicativa nº 13.

Com relação aos passivos financeiros existentes, cumpre esclarecer que o Grupo não possui operações contratadas em moeda estrangeira, razão pela qual não está sujeito a riscos decorrentes de oscilações de taxas de câmbio.

Com relação aos ativos e passivos financeiros do Grupo, seus valores demonstrados por categoria seguem abaixo:

<u>Ativos financeiros</u>	Nota	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Mensurados ao custo amortizado:			
Caixa e equivalente de caixa	5	5.307	4.917
Aplicações financeiras	6	40.486	36.926
Conta Reserva	8	14.769	13.848

Contas a receber	7	7.266	6.922
Total		<u>67.828</u>	<u>62.613</u>
<u>Passivos financeiros</u>			
Mensurados ao custo amortizado:			
Fornecedores	12	1.738	1.640
Debêntures	13	239.469	243.465
Outros passivos		1.048	747
Total		<u>242.255</u>	<u>245.852</u>

Já no que se refere ao valor justo desses ativos e passivos financeiros, esse é calculado por meio da projeção do fluxo de caixa futuro da Companhia, tendo como base a projeção da curva da taxa de juros; na sequência, o montante é trazido a valor presente, valendo-se dos dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia entende que os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros listados no quadro acima se aproximam dos seus respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2025, com exceção do saldo relativo às Debêntures, cujo valor justo na referida data base foi estimado tendo como base a taxa de juros aplicável à dívida, em conformidade com os critérios para mensuração do valor justo dos ativos e passivos (nível 2 da hierarquia), nos termos demonstrados abaixo:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures - IPCA + 5,3231%a.a.	229.669	221.701

Análise de sensibilidade de taxa de juros

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros do Grupo e apresentado a seguir, objetivando evidenciar eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

A análise de sensibilidade, utilizou como cenário provável (Cenário I) a taxa referencial projetada para o ano de 2026 (fonte Boletim Focus datado de 26 de dezembro de 2025) CDI (15,0%) e IPCA (4,32%). Já os cenários II e III levam em consideração um incremento nessa taxa de 25% e 50%, respectivamente. Os resultados seguem apresentados abaixo:

Operação	Nota	Exposição 31/12/2025	Risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.098		765	574	382
Aplicação financeira	6	40.486	Baixa do CDI	6.073	4.555	3.036
Conta reserva	8	14.769	Baixa do CDI	2.215	1.662	1.108
Debêntures	13	239.469	Aumento do IPCA + 5,3231	23.092	28.865	34.638

Gestão do risco de capital

Considerando que o Grupo possui debêntures emitidas, está exposta ao risco de capital em virtude de sua alavancagem financeira que, embora proporcione oportunidades de retorno aos acionistas, aumenta a exposição do Grupo a possíveis oscilações nos resultados operacionais, fator que pode afetar o retorno sobre o patrimônio líquido.

Com o objetivo de mitigar essa exposição ao risco de capital, o Grupo monitora a dívida (Debêntures) e seus indicadores financeiros de forma constante, bem como realiza análises de sensibilidade à variação das taxas de juros e dos fluxos de caixa, de modo a garantir a longevidade dos negócios do Grupo e a maximização do retorno aos acionistas.

Um dos mecanismos de monitoramento utilizado pelo Grupo é o índice de alavancagem financeira, que corresponde ao endividamento líquido expresso como percentual do capital total, em que o endividamento líquido é equivalente ao saldo total das debêntures (incluindo o pagamento das parcelas no curto e no longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa; e o capital total é apurado através da soma do endividamento líquido com o patrimônio líquido, excluídos os custos de capitação.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2025, comparados àqueles obtidos em 31 de dezembro de 2024, são:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures (nota explicativa nº 13)	239.469	243.465
(-) Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva (nota explicativa nº 5, 6 e 8)	<u>60.562</u>	<u>55.691</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa e dívida, líquido (a)	<u>178.907</u>	<u>187.774</u>
Total do patrimônio líquido	<u>18.835</u>	<u>14.887</u>
Total do capital (b)	<u>197.742</u>	<u>198.661</u>
Índice de alavancagem financeira % (a/b)	90%	95%

23. COBERTURA DE SEGURO (CONSOLIDADO)

Seguro "Directors & Officers" ("D&O")

A Tibagi Energia renovou a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2026, mantendo a cobertura no montante de R\$ 70.000 (sendo a cobertura compartilhada em apólice única com outras Companhias do mesmo grupo econômico).

Seguro de responsabilidade civil

A Tibagi Energia renovou o seguro com cobertura no valor de R\$ 80.000, com vigência até 04 de outubro de 2026, para cobertura das quantias que vier a ser responsável civilmente, em virtude de sentença judicial transitada em julgado, decisão em juízo arbitral, ou em acordo autorizado de modo expresso pela seguradora, relativas às reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência da apólice e que decorram de riscos por ela cobertos.

Seguro de riscos operacionais

A Tibagi Energia renovou, com vigência até 04 de outubro de 2026, o seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras, com cobertura no montante de até R\$ 411.105.

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM O CAIXA (CONSOLIDADO)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	(466)
Constituição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	771	708
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de fornecedores	(2)	17
Adição provisão para obrigações vinculadas a concessão em contrapartida à rubrica ativo intangível	-	445
Baixa depósitos judiciais x fornecedores	(19)	-

25. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A Administração da Companhia autorizou a emissão e divulgação dessas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 em 07 de abril de 2026.

Composição da Diretoria

Walter Nunes Seijo Neto
Diretor

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho
Diretor

Contadora
Aline Aparecida Vieira Barros
CRC: MG-122564/O-5

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2025

A Administração da Tibagi Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), em cumprimento às determinações legais, apresenta aos seus acionistas, para apreciação em Assembleia Geral Ordinária, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia foi constituída em 23 de março de 2017, tendo como objeto social a participação em outras sociedades ou empreendimentos de geração e comercialização de energia hidrelétrica, o desenvolvimento, planejamento, implantação, operação, manutenção e administração de centrais hidrelétricas, e a geração, a comercialização e a distribuição de energia elétrica.

Atualmente seu foco está concentrado na gestão da sua participação societária, equivalente à 68,94% do capital social da Tibagi Energia SPE S.A. (“Tibagi Energia”), titular de autorização emitida pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) em 20 de outubro de 2015, para explorar o potencial hidrelétrico da UHE Tibagi Montante, nos termos da Portaria MME nº 486/2015, pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos.

A Tibagi Energia, por sua vez, firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”) no âmbito do Leilão 03/2015 (Leilão A-5), com início de suprimento de 19 MW médios no ano de 2020, e Leilão nº 04/2019 (Leilão A-6), com início de suprimento de 1,2MW médios no ano de 2025.

Cumprir destacar que, no exercício de 2025, a Companhia registrou lucro de R\$ 13,34 milhões, contra R\$ 7,427 milhões apurados no exercício de 2024.

Aproveitamos a oportunidade para agradecer aos acionistas e fornecedores, que contribuíram para o êxito das atividades da Companhia ao longo do exercício social de 2025.

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

A Administração.